



Banco Pan S.A.
Proposta da Administração – 2017

Assembleia Geral Ordinária- 28 de abril de 2017



BANCO PAN S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 59.285.411/0001-13
NIRE: 35.300.012.879

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração ("Proposta") do Banco Pan S.A. ("Pan" ou "Companhia") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Ordinária ("AGO") da Companhia a ser realizada no dia 28 de abril de 2017.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia

Nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481/09, nos termos do item 10 (dez) do formulário de referência, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no Anexo I a esta Proposta.

2. Eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos para ocupar os cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo II a esta Proposta.

3. Destinação de lucro líquido da Companhia

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09 que trata da destinação do lucro líquido da Companhia, conforme previsto no artigo 9º, parágrafo único, inciso II, não será apresentado em função da apuração de prejuízo pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.



ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10.1. Comentários dos diretores sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado, financiamento de veículos, financiamento a empresas, inclusive imobiliário, cartões de crédito, cartões de crédito consignado, seguros e consórcio de veículos e de imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos de suas estruturas operacional e administrativa são absorvidos em conjunto ou individualmente por essas empresas.

Em maio de 2011, quando se formou o bloco de controle entre o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e a Caixa Participações S.A. ("Caixapar") por meio de um acordo de acionistas, foram firmados Acordos de Cooperação Operacional e Comercial entre os acionistas controladores e a Companhia, de forma a reiterar o compromisso de parceria estratégica, bem como a complementaridade e alinhamento de interesses entre eles. Dentre as medidas previstas, com influência direta sobre a estrutura de capital e de liquidez do Pan, destacam-se: (i) o comprometimento da Caixa Econômica Federal ("Caixa") em adquirir créditos da Companhia sem coobrigação, sempre que esta desejar cedê-los; e (ii) o reforço de liquidez, por meio de acordo de depósitos interbancários ou operações similares, realizados com ambos controladores. Estas são operações de longo prazo, com previsão de atualização e conferem ao Banco alternativas de *funding* com custo competitivo.

O redirecionamento estratégico realizado nas linhas de negócios da Companhia teve como objetivo reestruturar seus negócios, vislumbrando melhorias internas, além de sinergias na incorporação de novas equipes e plataformas. Tal medida englobou a renovação e qualificação da equipe, o fortalecimento da Governança Corporativa, a revisão dos processos de concessão de crédito, a implantação de sistemas e controles, bem como a mudança da Marca Corporativa e da Razão Social da Companhia, que passou a se chamar Banco PAN S.A. (Ticker da ação PN: BPAN4).

Com a finalidade de estabelecer a estrutura do Banco, reforçar seu capital e desenvolver sua estratégia de crescimento, foram realizados dois aumentos de capital, em 2012 e 2014, nos valores de R\$1,8 bilhão e R\$1,3 bilhão, respectivamente.

Em dezembro de 2014, a Companhia vendeu suas participações societárias nas empresas Pan Seguros S.A. ("Pan Seguros") e Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e Previdência Privada Ltda. ("Pan Corretora"). A Companhia



permaneceu com contrato para distribuição de seguros, recebendo uma receita por este serviço.

b. Estrutura de capital (em milhares de ações)

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865	51,00	102.032	25,90	374.897	40,35
Caixa Participações S.A.	262.165	49,00	112.732	28,61	374.897	40,35
Mercado	-	-	179.246	45,49	179.246	19,29
Total	535.030	100,0	394.010	100,0	929.040	100,0

- Estrutura de Capital¹

	31 de dezembro de		
Capital Próprio (R\$ milhões)	2016	2015	2014
Capital Social	3.460,70	3.460,70	3.460,70
Reservas de Capital	-	195,2	195,2
Reservas de Lucros	-	7,7	0
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-14,2	-19,9	-24,3
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	-34,3	-	2,8
Total do Patrimônio Líquido	3.412,20	3.643,80	3.634,50

¹ Dados consolidados do Banco e empresas controladas

	31 de dezembro de			2016 vs. 2016 vs.	
Capital de terceiros (R\$ milhões)	2016	2015	2014	2015	2014
Depósitos Interfinanceiros	11.765,7	10.096,8	8.631,5	16,5%	36,3%
LCA e LCI	1.977,5	2.440,2	2.377,3	-19,0%	-16,8%
Bonds	1.594,0	2.203,2	2.197,1	-27,7%	-27,4%
Depósitos a Prazo	2.514,1	1.927,0	2.736,0	30,5%	-8,1%
Letras Financeiras	1.327,9	1.695,1	2.139,5	-21,7%	-37,9%
Compromissadas	2.024,6	1.637,7	1.176,0	23,6%	72,2%
Captações Vinculadas à Cessão de Créditos ²	414,1	489,7	690,0	-15,4%	-40,0%
Obrigações por Empréstimos	134,1	154,7	168,3	-13,3%	-20,3%
Cessões de Crédito a Outras Instituições Financeiras ³	-	-	96,9	0,0%	-100,0%
Outros	62,4	81,9	117,4	-23,8%	-46,8%
Total de Capital de Terceiros	21.814,6	20.726,5	20.330,2	5,2%	7,3%

² Referem-se a cessões com coobrigação

³ Créditos vinculados à cessão com retenção de riscos e benefícios de acordo com a Resolução CMN 3.533/08

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de liquidez vigente estabelece a necessidade de manutenção de um caixa mínimo suficiente para garantir o cumprimento de 100% das obrigações com vencimento no prazo de 90 dias. Para a apuração da liquidez disponível, são



considerados os limites disponíveis no Acordo Operacional com os controladores, pois tais limites representam obrigação contratual irrevogável.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em dezembro de 2016, os recursos captados totalizaram R\$21,8 bilhões, valor 5,2% superior ao saldo de R\$20,7 bilhões no encerramento de 2015 e 7,3% acima do saldo de R\$20,3 bilhões registrado no final de 2014. Dentre as principais fontes de captação, destacaram-se: (i) os depósitos a prazo e interbancários, que representaram R\$14,3 bilhões, ou 65,5% do total; (ii) as letras de crédito imobiliário ("LCI") e letras de crédito do agronegócio ("LCA"), que representaram R\$2,0 bilhões, ou 9,1% do total; (iii) as emissões de títulos no exterior, no valor de R\$1,6 bilhão, representando 7,3% do total; (iv) as letras financeiras, que corresponderam a R\$1,3 bilhão, ou 6,1% do total; (v) as operações compromissadas, no total de R\$2,0 bilhões ou 9,3% do total; (vi) as captações vinculadas à cessão de créditos com retenção de riscos e benefícios realizadas após julho de 2014, de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") 3.533/08, no valor de R\$414,1 milhões, representando 1,9% do total; e (vii) outras obrigações por empréstimos no Brasil e no Exterior, que corresponderam a R\$134,1 milhões, equivalentes a 0,6% do total.

Depósitos a prazo

Auxiliado pela melhor percepção de risco decorrente da sua estrutura de controle acionário, o Pan vem conseguindo reduzir seus custos de captação, praticando taxas competitivas de mercado na emissão de novos certificados de depósitos a prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, os depósitos a prazo eram compostos exclusivamente por aplicações em certificado de depósito bancário ("CDB"), uma vez que o estoque de captações via depósitos a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Créditos ("DPGE") foi liquidado no 4º trimestre de 2015. O saldo de captações via DPGE encerrou o ano de 2014 em R\$154,8 milhões.

Depósitos interfinanceiros

Referem-se às captações junto a instituições financeiras, normalmente de curto prazo (entre 30 e 180 dias), constituídos, em grande parte, pelos depósitos interfinanceiros com os acionistas controladores, conforme estabelecido em Acordo Operacional.

LCI e LCA

Referem-se às captações por meio da emissão de Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

Emissões de títulos no exterior

Maiores informações acerca das emissões externas efetuadas pelo Pan encontram-se detalhadas no item 10.f., abaixo.

Letras Financeiras

Referem-se a títulos de crédito emitidos pelo Pan para captação de recursos de longo prazo junto a terceiros. Caracterizam-se por apresentar prazo mínimo de 24 meses para resgate, sem possibilidade de resgate total ou parcial antes desse prazo.

Operações compromissadas



As operações compromissadas têm como finalidade a gestão de caixa da Companhia.

Captações vinculadas à cessão de créditos

As captações vinculadas à cessão de créditos se referem a créditos cedidos com retenção de riscos e benefícios registrados contabilmente de acordo com o estabelecido no art. 5º da Resolução CMN 3.533/08.

Empréstimos no Brasil e exterior

Referem-se a linhas de crédito contratadas junto a outras instituições financeiras, entre elas o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID").

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do BACEN que determina o volume de caixa mínimo da Companhia, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. Administramos nossa posição de liquidez realizando operações *overnight* com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado. Além disso, possuímos acordos operacionais com nossos controladores que nos garantem liquidez mesmo em um cenário de crise.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em abril de 2010, foi emitida uma dívida subordinada no valor de US\$ 500 milhões, com vencimento em abril de 2020. Em junho de 2016, foi a Companhia realizou uma recompra parcial no montante de US\$ 43,2 milhões de principal.

O Pan possui, ainda, captações de recursos via emissão de letras financeiras subordinadas, emitidas em diferentes momentos, volumes e prazos, quais sejam: (i) tranche de R\$10,0 milhões emitida em maio de 2012, com vencimento em maio de 2018; tranche de R\$100,0 milhões emitida em junho de 2013, com vencimento previsto para 5 de abril de 2019; e (iii) tranche de R\$500,0 mil emitida em outubro de 2014, com vencimento em outubro de 2019.

Em maio de 2015, a Brazilian Securities Cia de Securitização ("Brazilian Securities"), controlada pela Companhia, firmou um novo contrato de linha de crédito com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento ("BID"), no montante de até US\$ 125 milhões com vencimento em fevereiro de 2022, sendo US\$ 75 milhões com o BID e podendo ser ampliada em até US\$ 50 milhões com sindicalização do empréstimo no mercado. Em dezembro de 2016, a Brazilian Securities havia captado R\$ 134.101 mil (US\$ 40 milhões).

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das relações mencionadas com seus controladores, a Companhia busca manter relacionamento com outras instituições financeiras para realizar operações sempre que fizer sentido econômico e financeiro.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas



Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. Nas dívidas com garantia real, os credores têm preferência em relação aos demais até o limite do valor do ativo dado em garantia. Não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, da mesma forma como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

(iv) *eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.*

A dívida com o BID, cujo devedor é a Brazilian Securities, possui as características abaixo:

Credor	Limite Endividamento / novas dívidas	Limitação para alienação de ativos	Limitação para emissão de novos valores mobiliários	Limitação para alienação de controle acionário	Limitação para distribuição de dividendos
BID	Permitido até 3 vezes a relação entre Dívidas Totais e Patrimônio Líquido	Sim, exceto para recebíveis imobiliários e ativos não relacionados à atividade	Não	Não	Para valores acima do mínimo obrigatório, o credor deve ser previamente informado

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Do ponto de vista da Companhia, não há limites relevantes para utilização em financiamentos já contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 em relação às contas apresentadas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Ativo circulante e realizável a longo prazo



(R\$ milhões, exceto percentuais)								
Ativo circulante e realizável a longo prazo	dez/16	%	dez/15	%	dez/14	%	Variações Δ (%)	
Disponibilidades	19,5	0,1%	48,0	0,2%	47,3	0,2%	-59,3%	-58,7%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	972,4	3,6%	1.189,7	4,6%	957,5	3,8%	-18,3%	1,6%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos								
financeiros derivativos	2.438,6	9,0%	2.827,5	11,0%	2.621,8	10,4%	-13,8%	-7,0%
Relações interfinanceiras	17,9	0,1%	21,4	0,1%	48,1	0,2%	-16,5%	-62,8%
Operações de crédito	16.853,6	61,9%	15.181,4	58,8%	15.375,4	61,0%	11,0%	9,6%
Operações de arrendamento mercantil	1,1	0,0%	7,5	0,0%	34,9	0,1%	-85,7%	-96,9%
Outros créditos	6.260,6	23,0%	5.857,5	22,7%	5.424,5	21,5%	6,9%	15,4%
Outros valores e bens	667,7	2,5%	686,7	2,7%	709,0	2,8%	-2,8%	-5,8%
Total	27.231,3	100,0%	25.819,7	100,0%	25.218,4	100,0%	5,5%	8,0%
Permanente								
Investimentos	49,0	17,9%	3,5	1,3%	0,8	0,3%	0,0%	0,0%
Imobilizado de uso	37,8	13,8%	50,1	18,1%	55,4	19,6%	-24,5%	-31,7%
Intangível	187,4	68,3%	223,7	80,7%	225,8	80,1%	-16,2%	-17,0%
Total	274,2	100,0%	277,3	100,0%	282,0	100,0%	-1,1%	-2,7%

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Ao final de 2016, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram saldo de R\$972,4 milhões, registrando queda de 18,3% em relação ao saldo de R\$1.189,7 milhões do final de 2015. Na comparação com o saldo registrado ao final de 2014, de R\$957,5 milhões, houve aumento de 1,6%.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

O saldo da conta de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos apresentou redução de 13,8% em relação a dezembro de 2015, e de 7,0% em relação ao mesmo período de 2014. O aumento do saldo, de R\$2.621,8 milhões em 2014 para R\$2.827,5 milhões em 2015, ocorreu em decorrência do aumento em R\$335,9 milhões na marcação a mercado dos swaps, contabilizados na linha de instrumentos financeiros derivativos, explicado pela forte valorização do dólar frente ao real principalmente no último trimestre de 2015. A redução do saldo observada ao final de 2016, reflete o movimento inverso de valorização do real frente ao dólar.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras registrou queda de 16,5% e de 62,8% em relação aos fechamentos de 2015 e 2014, respectivamente, encerrando o ano de 2016 com saldo de R\$17,9 milhões. Essa queda é explicada, principalmente, pela queda no volume de recursos depositados junto ao BACEN.

Operações de crédito

As operações de crédito encerraram o ano de 2016 com saldo de R\$16.853,6 milhões, um crescimento de 11,0% frente aos R\$15.181,4 milhões em 2015 e 9,6% se comparado a 2014, onde o saldo foi de R\$15.375,4 milhões.

Operações de arrendamento mercantil

O saldo da carteira de arrendamento mercantil manteve sua trajetória de queda, refletindo não somente a queda na demanda no mercado de *leasing*, como o maior



rigor na concessão de créditos adotado pela administração do Banco. A carteira de arrendamento mercantil encerrou, portanto, o ano de 2016 com saldo de R\$1,1 milhão, frente aos saldos de R\$7,5 milhões em dezembro de 2015 e de R\$34,9 milhões em dezembro de 2014.

Outros Créditos

O saldo da conta de outros créditos apresentou crescimento de 6,9% em relação a 2015 e de 15,4% em relação a 2014, encerrando o ano de 2016 com saldo de R\$6.260,6 milhões. Esse aumento foi decorrente do crescimento de valores a receber de cartões de crédito, aumento dos créditos tributários, dentre outros.

Outros valores e bens

O saldo da conta de outros valores e bens apresentou queda de 2,8% no último ano, e queda de 5,8% em relação ao saldo de 2014. As quedas apresentadas devem-se principalmente à queda das comissões antecipadas pagas a correspondentes bancários, devido à mudança nas regras de comissionamento impostas pela Circular BACEN nº 3.738/14.

Permanente

Os saldos das contas que compõem o ativo permanente (investimentos, imobilizado e intangível) passaram de R\$282,0 milhões em dezembro de 2014, para R\$277,3 milhões em dezembro de 2015 e para R\$274,2 milhões no mesmo período de 2016. Essas quedas são explicadas pela depreciação dos ativos imobilizados e à amortização dos ativos intangíveis.

Passivo circulante e exigível a longo prazo

(R\$ milhões, exceto percentuais)								
Ativo circulante e realizável a longo prazo	dez/16	%	dez/15	%	dez/14	%	Variações Δ (%)	
Depósitos	14.334,5	59,5%	12.097,1	53,9%	11.474,5	52,5%	18,5%	24,9%
Depósitos à vista	54,8	0,2%	73,2	0,3%	107,0	0,5%	-25,2%	-48,8%
Depósitos interfinanceiros	11.765,7	48,8%	10.096,8	45,0%	8.631,5	39,5%	16,5%	36,3%
Depósitos à prazo	2.514,1	10,4%	1.927,0	8,6%	2.736,0	12,5%	30,5%	-8,1%
Captações no mercado aberto	2.024,6	8,4%	1.637,7	7,3%	1.176,0	5,4%	23,6%	72,2%
Recursos de aceites e emissão de títulos	3.155,7	13,1%	4.004,1	17,8%	5.168,1	23,6%	-21,2%	-38,9%
Relações interfinanceiras	155,8	0,6%	102,8	0,5%	107,3	0,5%	51,6%	45,2%
Relações interdependências	6,8	0,0%	29,0	0,1%	4,0	0,0%	-76,6%	69,6%
Obrigações por empréstimos	134,1	0,6%	154,7	0,7%	168,3	0,8%	-13,3%	-20,3%
Instrumentos financeiros derivativos	145,7	0,6%	16,4	0,1%	15,2	0,1%	788,6%	858,8%
Outras obrigações	4.135,3	17,2%	4.409,8	19,6%	3.750,8	17,2%	-6,2%	10,3%
Total	24.092,6	100,0%	22.451,7	100,0%	21.864,3	100,0%	7,3%	10,2%

Depósitos

O saldo da conta de depósitos aumentou 18,5% em relação a 2015 e 24,9%, se comparado com o ano de 2014, passando de R\$12.097,1 milhões em dezembro de 2015, para R\$14.334,5 milhões em dezembro de 2016, devido principalmente ao aumento do volume das captações de recursos por meio de depósitos interfinanceiros, que apresentou crescimento de 16,5% e 36,3%, se comparados com os exercícios de 2015 e 2014, respectivamente.



Captações no mercado aberto

O saldo da conta de captações no mercado aberto encerrou o ano de 2016 com o montante de R\$2.024,6 milhões, apresentando aumentos de 23,6% e 72,2% quando comparado aos saldos dos exercícios findos em dezembro de 2015 e 2014, respectivamente. Esse crescimento ocorreu devido ao aumento no volume das captações com lastro em títulos públicos de nossa carteira própria.

Recursos de aceite e emissão de títulos

O saldo da conta de recursos de aceite e emissão de títulos encerrou o ano de 2016 em R\$3.155,7 milhões, apresentando queda de 21,2% e 38,9% frente aos saldos de R\$4.004,1 milhões e R\$5.168,1 milhões ao final de 2015 e 2014, respectivamente, devido, principalmente, à liquidação, em 04 de agosto de 2015, da dívida sênior emitida no exterior (*Euro Medium-Term Notes*), cujo saldo em dezembro de 2014 era de R\$773,6 milhões, da queda no saldo de Letras Financeiras emitidas no país e da recompra parcial de USD 43 milhões da dívida subordinada com vencimento em 2020.

Relações interfinanceiras

O saldo da conta de relações interfinanceiras encerrou em de 31 de dezembro de 2016 com saldo de R\$155,8 milhões, um aumento de 51,6% e 45,2% quando comparados com os montantes de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O saldo passivo da conta de instrumentos financeiros derivativos encerrou o exercício de 2016 com R\$145,7 milhões, frente aos exercícios de 2015 e 2014 com saldos de R\$16,4 milhões e R\$15,2 milhões respectivamente. Essa variação é proveniente do diferencial a pagar sobre as operações de *hedge* (por meio de *swaps* e termo de moeda) realizados como proteção das operações passivas e títulos emitidos pela Companhia no exterior.

Outras obrigações

O saldo da conta de outras obrigações aumentou 10,3% de 2014 para 2016, passando de R\$3.750,8 milhões para R\$4.135,3 milhões e diminuiu 6,2% em relação ao saldo de 2015, onde encerrou com saldo de R\$4.409,8 milhões.

Patrimônio Líquido

Ao final de 2016, o Patrimônio Líquido consolidado era de R\$3.412,2 milhões, representando uma queda de 6,4% frente aos R\$3.643,9 milhões de 2015 e 6,1% se comparado com os R\$3.634,5 milhões ao final de 2014, quedas estas justificadas pelo resultado do exercício de 2016.



Análise das Demonstrações de Resultados do Exercício (DRE)

R\$ milhões	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 vs. 2015	2016 vs. 2014
Rendas de operações de crédito	6.922,9	6.385,7	4.650,6	8,4%	48,9%
Resultado de operações de arrendamento mercantil	2,4	9,3	34,4	-74,7%	-93,2%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	463,4	386,6	261,6	19,9%	77,2%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-831,9	733,8	100,8	-	-
Resultado de operações de câmbio	-1,2	183,8	109,5	-	-
Receitas de intermediação financeira	6.555,5	7.699,2	5.156,9	-14,9%	27,1%
Operações de captação no mercado	-2.573,8	-3.755,3	-2.249,8	-31,5%	14,4%
Operações de empréstimos e repasses	16,2	-43,3	-44,7	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-1.118,4	-1.024,9	-953,7	9,1%	17,3%
Despesas da intermediação financeira	-3.676,0	-4.823,5	-3.248,2	-23,8%	13,2%
Resultado bruto de intermediação financeira	2.879,5	2.875,7	1.908,7	0,1%	50,9%
Receita de prestação de serviços	489,4	480,9	400,1	1,8%	22,3%
Resultado de equivalência patrimonial	33,2	0,0	0,0	-	-
Receita de prêmios ganhos de seguros	0,0	0,0	169,4	-	-
Despesas de sinistros retidos	0,0	0,0	-45,4	-	-
Despesas de pessoal	-508,8	-528,5	-453,3	-3,7%	12,2%
Outras despesas administrativas	-2.072,5	-1.748,5	-1.306,8	18,5%	58,6%
Despesas tributárias	-235,1	-243,8	-195,9	-3,6%	20,0%
Outras receitas operacionais	291,4	250,7	155,9	16,3%	86,9%
Outras despesas operacionais	-1.261,0	-1.210,9	-991,1	4,1%	27,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	-3.263,5	-3.000,1	-2.267,1	8,8%	43,9%
Resultado operacional	-383,9	-124,4	-358,4	208,6%	7,1%
Resultado não operacional	-66,5	-74,4	318,3	-10,6%	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	-450,4	-198,8	-40,1	126,6%	1023,2%
Provisão para imposto de renda	23,1	9,7	-5,7	138,4%	-
Provisão para contribuição social	-7,2	-2,4	-45,3	199,6%	-84,1%
Ativo fiscal diferido	197,2	199,6	98,9	-1,2%	99,4%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	213,2	206,9	47,9	3,0%	345,0%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-237,2	8,1	7,8	-	-

Receitas de intermediação financeira

As receitas de intermediação financeira somaram R\$6.555,5 milhões em 2016, queda de 14,9% frente aos R\$7.699,2 milhões de 2015 e aumento de 27,1% frente aos R\$5.156,9 milhões de 2014. Essas receitas são compostas pelos resultados com operações de crédito, pelo resultado de operações de arrendamento mercantil, pelo resultado de operações com títulos e valores mobiliários, pelo resultado com instrumentos financeiros derivativos e pelo resultado com operações de câmbio. A flutuação na linha de instrumentos financeiros e derivativos reflete em grande parte a variação cambial (hedge) que resultou na flutuação inversa nas despesas com captações. Analisando apenas as rendas de operações de crédito, houve um avanço a cada ano.

Despesas de intermediação financeira

As despesas de intermediação financeira somaram R\$3.676,0 milhões ao final de 2016, diminuindo 23,8% em relação às despesas de R\$4.823,5 milhões de 2015 e aumento de 13,2% frente às despesas R\$3.248,2 milhões de 2014. Como comentado essas flutuações tem relação com o movimento do dólar sobre as captações externas, que tem hedge. Além das despesas com captação, as operações de empréstimos e repasses e a provisão para créditos de liquidação duvidosa compõem as despesas da intermediação financeira.



Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado bruto de intermediação financeira foi de R\$2.879,5 milhões, número praticamente estável se comparado aos R\$2.875,7 milhões de 2015, porém 50,9% de aumento frente aos R\$1.908,7 milhões de 2014, números justificados basicamente pelo aumento das rendas de operações de crédito.

Outras receitas/despesas operacionais

Com relação à linha de outras receitas/despesas, a Companhia apresentou, ao final de 2016, uma despesa de R\$3.263,5 milhões, apresentando um aumento de 8,8% em relação aos R\$3.000,1 milhões de 2015, e um aumento de 43,9% em relação aos R\$2.267,1 milhões de 2014. Esse aumento foi consequência, principalmente, da elevação das contas de "outras despesas administrativas", devido ao aumento das despesas com comissões pagas a correspondentes.

Resultado operacional

Diante dos movimentos apresentados nos itens acima, o Pan apresentou resultado operacional negativo de R\$383,9 milhões em 2016, apresentando piora em relação aos resultados negativos de R\$124,4 milhões em 2015 e R\$358,4 milhões em 2014.

Resultado não operacional

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um resultado não operacional negativo em R\$66,5 milhões, frente ao resultado negativo de R\$74,4 milhões em 2015 e ao resultado positivo de R\$318,3 milhões de 2014. O principal motivo da diferença entre os resultados de 2015 e 2014 foi o impacto positivo da venda da participação societária do Banco na Pan Seguros e Pan Corretora em 2014, gerando uma receita adicional de R\$386,5 milhões naquele exercício.

Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social apresentaram resultado positivo de R\$213,2 milhões em 2016, frente ao resultado positivo de R\$206,9 milhões em 2015 e ao resultado positivo de R\$47,9 milhões em 2014. Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15 que elevou, de 15% para 20%, a alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras. Diante dessa alteração, o Pan reconheceu o montante de R\$119,9 milhões e a Pan Arrendamento Mercantil S.A. o montante de R\$3,3 milhões referentes a créditos tributários sobre diferenças temporárias com expectativa de realização até 12/2018, que contribuíram para o aumento da receita de Imposto de Renda e CSLL no período.

Resultado do exercício

A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$237,2 milhões em 2016, comparado ao lucro líquido R\$8,1 milhões em 2015 e ao lucro de R\$7,8 milhões em 2014.



10.2. Comentários dos diretores sobre

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita da Companhia incluem: receitas de operações de crédito e arrendamento mercantil, ganhos em cessões de crédito a outras instituições financeiras, receitas de prestação de serviços, receitas de prestação de serviços de originação de prêmios de seguros e receitas de valores mobiliários e operações com derivativos.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A mudança nas regras de comissionamento impostas pela Circular BACEN nº 3.738/14, trouxe maior impacto em 2016 inclusive pelo aumento do volume originado nas operações de crédito consignado. Em 2016, o prejuízo líquido foi de R\$237,2 milhões, frente ao lucro líquido de R\$8,1 milhões em 2015, enquanto que em 2014 o lucro foi de R\$7,8 milhões, quando houve um ganho extraordinário de R\$231,9 milhões pela venda da Pan Seguros e da Pan Corretora, conforme mencionado em item anterior.

Além disso, os resultados trimestrais e anuais são impactados pelo volume e *mix* das cessões de carteiras de crédito sem coobrigação realizadas em cada período. As cessões de carteira sem coobrigação (que incluem créditos de veículos, consignado e imobiliário) totalizaram R\$9.861 milhões em 2016 frente aos R\$10.488 milhões em 2015.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Inflação

O resultado líquido da Companhia pode ser prejudicado pela alta dos índices inflacionários no Brasil que, em geral, elevam os custos e reduzem as margens operacionais, caso a alta da inflação não seja acompanhada de concomitante alta das taxas e *spreads* de juros. Ademais, a inflação pode também contribuir para – ou ser acompanhada de – um aumento da volatilidade do mercado em decorrência de incertezas econômicas, quedas nos gastos da população, menor crescimento da renda real, desemprego e redução da confiança do consumidor.

Taxas de Juros

As flutuações das taxas de juros brasileiras afetam significativamente os resultados operacionais da Companhia. Em geral, a elevação das taxas de juros pode afetar positivamente as receitas, uma vez que a remuneração das operações de crédito também se elevam em função de *spreads* maiores (maior diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação) e os



investimentos da Companhia que rendem juros pagam uma maior remuneração. No entanto, aumentos das taxas de juros também podem afetar negativamente os resultados operacionais e carteiras de crédito da Companhia, em vista da redução da demanda por crédito e do aumento do risco de inadimplência por parte dos clientes. Além disso, as despesas geradas pelos passivos com incidência de juros também tendem a aumentar e, como o aumento dessa despesa acontece antes do eventual repasse na taxa de juros praticada pela Companhia na concessão de créditos, o efeito inicial deste aumento pode ser negativo.

Já as quedas nas taxas de juros são capazes de reduzir as receitas provenientes de operações de crédito devido a *spreads* menores (menor diferença entre a receita proveniente dos ativos geradores de receita e os custos de captação), de forma a levar a uma redução das receitas e a uma consequente piora nos resultados da Companhia. Por outro lado, poderá, eventualmente, ser compensada por um crescimento do volume de crédito, em decorrência de uma maior demanda, desde que a Companhia tenha condições de conceder crédito para atender a tal demanda sem que os níveis de inadimplência das operações aumentem de forma significativa, bem como pela própria redução do risco de inadimplência dos clientes em função de taxas de juros mais baixas. Além disso, como a redução das despesas vinculadas a taxas de juros, principalmente as despesas de captação, acontece antes da redução da taxa de juros praticada pela Companhia na concessão de créditos, o efeito inicial dessa queda pode ser positivo.

Taxas de Câmbio

As variações de taxa de câmbio, no modelo atual de negócios da Companhia, não causam impactos relevantes em seus resultados.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Não houve alterações relevantes a serem citadas.

b. *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Alienação de Participação Societária nas sociedades Pan Seguros e Pan Corretora - 2014

Em 21 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a venda da participação societária detida pelo Pan nas sociedades Pan Seguros e Pan Corretora pelo valor de R\$580,0 milhões. Em 29 de dezembro de 2014, as operações previstas nos contratos de compra e venda foram concluídas, depois de atendidas as condições precedentes necessárias e aplicáveis, incluindo a aprovação pelo BACEN e pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). Essa venda permitiu que o Pan mantivesse o foco na originação de crédito, permanecendo com uma receita adicional decorrente do crescente negócio de seguros, uma vez que o Banco acordou



a distribuição de seguros para a Pan Seguros por 20 anos, a partir da conclusão da venda, por meio do qual a Pan Seguros utilizará o balcão do Pan na comercialização de seus produtos de seguros.

Reorganização Societária do Conglomerado Pan - 2015

Em 30 de setembro de 2015, a empresa Pan Holding S.A foi totalmente cindida, com versão das parcelas cindidas para (i) o Banco Pan; (ii) a Brazilian Securities Companhia de Securitização; (iii) a BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.; e (iv) a BMSR II Participações S.A.. Nessa mesma data, a empresa BMSR II Participações S.A. foi incorporada pela Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária.

Reorganização Societária do Conglomerado Pan – 2016

Em 20 de dezembro de 2016, a empresa PanServ Prestadora de Serviços Ltda. foi incorporada pelo Banco Pan. Vale ressaltar que essa incorporação está pendente de homologação pelo BACEN.

c. *Eventos ou operações não usuais*

Não houve eventos ou operações não usuais a serem citadas.

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. *Mudanças significativas nas práticas contábeis*

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*. Em 31/10/2013, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.277/13, que estabelece requisitos mínimos e ajustes prudenciais a serem observados no apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, vigente a partir de junho de 2015.

A partir de 1º de fevereiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos: a) em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O



resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do exercício de forma segregada; e b) em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos: a) em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e b) em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

O Banco PAN adotou, a partir de 02 de janeiro de 2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13, com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o valor lançado para despesas relativo a 2/3 das comissões no ato da originação, foi de R\$304,7 milhões.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros com retenção substancial dos riscos e benefícios os efeitos significativos são:

- O ativo não pode ser baixado;
- Os valores recebidos na operação têm contrapartida de passivo, e passam a apropriar despesas de captação de forma pro-rata; e
- As receitas passam a ser apropriadas pro-rata. Desta forma foi uniformizado o tratamento contábil no Brasil alinhado com as normas internacionais das IFRS.

Demais itens, conforme item 10.4.a acima.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor (Principais Assuntos do Auditor)

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – “PCLD” (Notas Explicativas 3f e 8)

A Companhia e suas controladas atuam substancialmente no setor do varejo, sendo suas principais operações: (i) Crédito Direto ao Consumidor, (ii) Consignado, (iii) Veículos, (iv) Capital de giro, dentre outros, os quais são ainda objeto frequente de cessão a um de seus controladores, sem a retenção substancial de riscos e benefícios. A determinação do valor da provisão para



crédito de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamento e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo, a política estabelecida busca capturar fatores internos e externos, cenários econômicos, situação financeira da contraparte, níveis de inadimplência, fluxos de caixa futuros esperados, políticas de renegociação, valores estimados de recuperação e realização das garantias, bem como as normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil - Resolução CMN nº 2682. Tendo em vista esses aspectos, esta área foi definida como foco em nossa avaliação.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia e suas controladas operam em um ambiente de negócio no qual a estrutura de tecnologia de informação é crítica para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, os quais envolvem o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação. Nos últimos anos, os principais sistemas do Banco e de suas controladas vêm sofrendo aprimoramentos que visam estabelecer uma estrutura de tecnologia adequada ao volume de transações do Conglomerado.

Embora sejam observáveis tais mudanças no ambiente de tecnologia e seus respectivos controles internos, os riscos relativos aos processos de tecnologia da informação que suportam as transações nos diferentes sistemas legados, podem, eventualmente, resultar em informações críticas incorretas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Em função desses aspectos, essa foi uma área de foco em nossa auditoria.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos as políticas e os procedimentos utilizados no ambiente de tecnologia da informação. Consideramos, entre outros, o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles de tecnologia e segurança da informação, julgados por nós relevantes e atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo os controles compensatórios, quando requerido.

Em complemento aos procedimentos para os controles de tecnologia, checamos os controles automatizados ou dependentes de tecnologia, os controles compensatórios, restrições de acessos e segregações de funções relacionados às aplicações dos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras.

Os resultados de nossos procedimentos nos proporcionaram evidência razoável de auditoria com relação ao ambiente de tecnologia da informação.

Créditos Tributários (Notas explicativas 3n e 32)



A Companhia e suas controladas apresentam créditos tributários no total de R\$ 3,2 bilhões, provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários de longo prazo. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro e revisada pela Administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, bem como deixar de atender aos requisitos do Banco Central do Brasil para registro e manutenção desses ativos nas demonstrações financeiras.

Realizamos o entendimento dos processos de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis relacionadas aos créditos tributários, incluindo os requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, bem como obtivemos o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela Administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos créditos tributários.

Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan e suas controladas para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a razoabilidade dessas estimativas de realização.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação das projeções de lucros tributários para realização dos créditos tributários são razoáveis em seus aspectos mais relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Políticas contábeis críticas

Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e



em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de swap, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.



O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e swap) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A. – Mercados Organizados). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward* – NDF) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDF foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Operações de crédito

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da



renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com coobrigação é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

A partir de 1º de fevereiro de 2012, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - ✓ Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e
 - ✓ Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.
- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:
 - ✓ Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e
 - ✓ Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.



Benefício Residual em Operações Securitizadas

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que poderá ser reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativa e adote premissas, com seu melhor julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões técnicas de seguro; (v) provisões para perdas em bens não de uso e provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- iv. contratos de construção não terminada; e
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos de créditos cedidos com coobrigação para outras instituições financeiras e, portanto, não contabilizados no balanço patrimonial da Companhia, totalizavam R\$96,9 milhões. O saldo dessas operações foi zerado durante o 2º trimestre de 2015 e, portanto, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, não existiam ativos e passivos detidos pela Companhia que não estivessem evidenciados em seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras



- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável.

10.8. Plano de Negócios

a. Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Não há investimento em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve.

c. Novos produtos e serviços, indicando

i - descrição das pesquisas em andamento já divulgadas ii - montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços iii - projetos em desenvolvimento já divulgados iv - montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços Não aplicável.

10.9. Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item 10.



ANEXO II

Comentários sobre a Indicação de membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia, nos termos do Item 12 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

12.5. Em relação a cada um dos administradores, indicar:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a. Nome	Eduardo Nogueira Domeque
b. Data de nascimento	08/12/1973
c. Profissão	Administrador de empresas
d. CPF	260.764.368-67
e. Cargo	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. Data de Eleição	28.04.2017
g. Data da Posse	Após homologação pelo Banco Central do Brasil
h. Prazo do Mandato	Até a AGO de 2019
i. Outros Cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. Eleito pelo Controlador	Sim
k. Se é membro independente	Não
l. Nº de mandatos consecutivos	2 (dois)
m. Experiência profissional	Formado em Administração de Empresas pela EAESP/FGV, possui mais de 16 anos de experiência no mercado financeiro. Ingressou no Banco BTG Pactual em 1997, onde exerceu diversas posições gerenciais, entre elas as de co-responsável pela Área de Relacionamento com Clientes Institucionais, Renda Fixa, Moedas e Commodities, responsável pela Área



	<p>de Relacionamento com Clientes Institucionais e responsável pela Mesa de Clientes Corporativos. Foi eleito Diretor do Banco Pan em 05/04/2011 e reeleito em 06/05/2013, tendo ocupado o cargo de Diretor e cumulativamente o cargo de Diretor de Relações com Investidores a partir de fevereiro de 2014, permanecendo no cargo até 10 de junho de 2016. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.</p>
n. Descrição de eventos	<p>Declara que não há nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador. Também não há condenação transitada em julgado, na esfera administrativa ou judicial, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>

a. Nome	Fábio de Barros Pinheiro
b. Data de nascimento	19/04/1960
c. Profissão	Engenheiro
d. CPF	275.497.201-34
e. Cargo	Membro Independente do Conselho de Administração
f. Data de Eleição	28.04.2017
g. Data da Posse	Após homologação pelo Banco Central do Brasil
h. Prazo do Mandato	Até a AGO de 2019
i. Outros Cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. Eleito pelo Controlador	Sim
k. Se é membro independente	Sim



l. N° de mandatos consecutivos	3 (três)
m. Experiência profissional	Engenheiro elétrico, formado pela Universidade de Brasília em 1982, com MBA pela Indiana University – 1992. Ingressou no Banco Pactual S.A. em 1992 e, de 2004 a 2009, atuou como sócio responsável pelo relacionamento comercial com empresas do setor de saúde e tecnologia; no Banco UBS Pactual S.A. atuou como <i>Managing Director</i> de 2006 a 2009. Desde 2009 é Diretor Financeiro e Administrativo do Grupo Dilleto, bem como Presidente do Conselho de Administração da Sappada Participações S.A.. Em 2010, foi eleito como membro independente do Conselho de Administração da Galvani Indústria e Comércio S.A.. Em 2014, foi eleito como membro do Conselho de Administração da Lojas Renner S.A..
n. Descrição de eventos	Declara que não há nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador. Também não informou à Companhia qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha inabilitado ou suspenso para a prática de atividade profissional ou comercial.

a. Nome	Pérsio Arida
b. Data de nascimento	01/03/1952
c. Profissão	Economista
d. CPF	811.807.138-34
e. Cargo	Vice-Presidente do Conselho de Administração
f. Data de Eleição	28.04.2017
g. Data da Posse	Após homologação pelo Banco Central do Brasil
h. Prazo do Mandato	Até a AGO de 2019
i. Outros Cargos ou funções exercidos no emissor	Não há



j. Eleito pelo Controlador	Sim
k. Se é membro independente	Não
l. Nº de mandatos consecutivos	2 (dois)
m. Experiência profissional	<p>É Partner do BTG Pactual, co-head do departamento de gestão de recursos do Banco BTG Pactual e está situado no escritório de São Paulo. Antes de ingressar na BTG, ocupou diversos cargos nos setores público e privado. Foi presidente do Banco Central do Brasil em 1995, presidente do BNDES de 1993 a 1994, diretor do Conselho do Banco Central do Brasil em 1986 e secretário especial de coordenação socioeconômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, entre 1985 a 1986. Foi membro do conselho do Banco Itaú Holding Financeira S.A. e do Banco Itaú S.A. de 2001 a fevereiro de 2009, membro da diretoria da SulAmérica S.A. de 2000 a 2001, diretor do Opportunity Asset Management Ltda. de 1996 a 1999, membro do conselho da diretoria do Unibanco S.A. de 1989 a 1993, e conselheiro especial da Presidência e Diretor da Brasil Warrant Ltda. de 1987 a 1993. É PhD em Economia pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology), publicou vários estudos em diversas revistas especializadas e já editou uma série de livros. Foi professor da Universidade de São Paulo (USP), PUC-RJ e professor visitante no Smithsonian Institute e na Oxford University.</p>
n. Descrição de eventos	<p>Declara, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.</p>

a. Nome	Roberto Balls Sallouti
b. Data de nascimento	26/02/1972
c. Profissão	Economista
d. CPF	135.962.478-37
e. Cargo	Membro Efetivo do Conselho de Administração



f. Data de Eleição	28.04.2017
g. Data da Posse	Após homologação pelo Banco Central do Brasil
h. Prazo do Mandato	Até a AGO de 2019
i. Outros Cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Recrutamento e Remuneração do Banco Pan (órgão não estatutário)
j. Eleito pelo Controlador	Sim
k. Se é membro independente	Não
l. Nº de mandatos consecutivos	4 (quatro)
m. Experiência profissional	<p>Graduado em Economia com concentração em finanças e <i>marketing</i> pela University of Pennsylvania. O Sr. Sallouti tem aproximadamente 15 anos de experiência no mercado financeiro. Iniciou sua carreira no Banco Pactual S.A. no ano de 1994, atuando na área de Renda Fixa. Em 1995 atuou como <i>trader</i>, concentrando-se também no mercado de renda fixa. Tornou-se sócio em 1998. Em 1999, atuou como <i>Joint Head</i> de Renda Fixa em mercados locais brasileiros, e até julho de 2003 foi responsável pela área de renda fixa e tesouraria. Ademais, de 2002 a 2006 exerceu a função de responsável pela área internacional. Foi <i>Managing Director</i> de 2006 a 2008, quando era <i>Joint Head</i> de Renda Fixa de mercados emergentes e <i>Joint Head</i> de FICC (Renda Fixa, Moeda e <i>Commodities</i>) da América Latina. O Sr. Sallouti foi um dos sócios fundadores da BTG em 2008. Atualmente é membro do <i>Management Committee</i> do BTG Pactual e também exerce a função de COO – <i>Chief Operating Officer</i>.</p>
n. Descrição de eventos	Declara que não há nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador. Também não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha



	suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.
--	---

a. Nome	Sérgio Cutolo dos Santos
b. Data de nascimento	18.12.1952
c. Profissão	Economista
d. CPF	057.187.911-04
e. Cargo	Membro Efetivo do Conselho de Administração
f. Data de Eleição	28.04.2017
g. Data da Posse	Após homologação pelo Banco Central do Brasil
h. Prazo do Mandato	Até a AGO de 2019
i. Outros Cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. Eleito pelo Controlador	Sim
k. Se é membro independente	Não
l. Nº de mandatos consecutivos	2 (dois)
m. Experiência profissional	É responsável pela área de Clientes Corporativos do BTG Pactual. Trabalha no escritório de São Paulo. Cutolo ingressou no Pactual em 2000 como sócio. Antes do Pactual, foi Ministro de Estado do Ministério da Previdência Social, Ministro do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Presidente da Caixa Econômica Federal. Foi também Conselheiro do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Caixa Econômica Federal e da Companhia Elétrica do Estado do Maranhão – CEMAR. Cutolo é bacharel em Economia e obteve pós graduação pela Universidade de Brasília. É Vice Presidente da Anbima.



n. Descrição de eventos	Declara, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.
--------------------------------	---

CONSELHO FISCAL

a. Nome	Paulo Roberto Salvador Costa
b. Data de nascimento	31/08/1958
c. Profissão	Contador
d. CPF	003.188.108-40
e. Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. Data de Eleição	28.04.2017
g. Data da Posse	Após homologação pelo Banco Central do Brasil
h. Prazo do Mandato	Até a AGO de 2018
i. Outros Cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. Eleito pelo Controlador	Sim
k. Se é membro independente	Sim
l. Nº de mandatos consecutivos	7 (sete)
m. Experiência profissional	Formado em Contabilidade pela Faculdade São Judas Tadeu. Atua há 23 anos no mercado financeiro, com sólida experiência em perícia contábil, judicial e extrajudicial, contratos no âmbito do mercado financeiro, planejamento tributário e organização societária e contabilidade de



	<p>instituições financeiras. Na Varig Leasing S.A. e no Banco de Crédito Nacional S.A., atuou nas áreas contábil e de crédito, bem como elaborou e implantou as estruturas administrativas, enquadrando, formalizando e controlando toda carteira de Leasing. Foi responsável ainda pelo "back-office" da Simpex Corretora de Mercados e Futuros Ltda. Atualmente atua em perícia, judicial e extrajudicialmente, nas áreas cível e trabalhista. Também, assessora e desenvolve trabalhos técnicos nas áreas fiscal, contábil e tributária. No Banco Pan S.A., foi eleito como Membro Efetivo do Conselho Fiscal em AGE de 26.09.2011, e reeleito em AGO de 25.04.2012, em AGO de 30.04.2013, em AGO de 30.04.2014 e em AGO de 30.04.2015. Em 2016, foi eleito para ocupar o cargo de Membro Efetivo do Conselho Fiscal.</p>
n. Descrição de eventos	<p>Declara que não há nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador. Também não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.</p>

a. Nome	Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti
b. Data de nascimento	30/09/1949
c. Profissão	Analista financeiro
d. CPF	137.806.628-68
e. Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. Data de Eleição	28.04.2017
g. Data da Posse	Após homologação pelo Banco Central do Brasil
h. Prazo do Mandato	Até a AGO de 2018
i. Outros Cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. Eleito pelo Controlador	Sim



k. Se é membro independente	Sim
l. Nº de mandatos consecutivos	7 (sete)
m. Experiência profissional	Formado em administração de empresas pela ESAN – Escola Superior de Administração e Negócios e em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica – PUC. Possui vasta experiência, já tendo atuado em bancos comerciais e de investimentos, em mercado de capitais, auditoria, contabilidade e nas áreas financeiras e jurídicas. Atuou por mais de 12 anos como auditor e supervisor no Banco de Crédito Nacional S/A, de 1997 a 1999 no Banco Pactual S/A na área de recuperação de créditos e entre 1999 a 2004 na área de operações de crédito e controles financeiros no Banco Royal de Investimento S/A. Atualmente, trabalha desde 2009 na CFK Participações Ltda. atuando nas áreas financeira, contábil, de investimentos nacionais e internacionais e atividades agrícolas. No Banco Pan S.A., foi eleito como Membro Suplente do Conselho Fiscal em AGE de 26.09.2011, e reeleito em AGO de 25.04.2012, em AGO de 30.04.2013, em AGO de 30.04.2014 e em AGO de 30.04.2015. Em 2016, foi eleito para ocupar o cargo de Membro Suplente do Conselho Fiscal.
n. Descrição de eventos	Declara que não há nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador. Também não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

a. Nome	Marcos Machado Guimarães
b. Data de nascimento	22.09.1965
c. Profissão	Servidor Público Federal
d. CPF	398.826.591-87
e. Cargo	Membro Efetivo do Conselho Fiscal
f. Data de Eleição	28.04.2017



g. Data da Posse	Após homologação pelo Banco Central do Brasil
h. Prazo do Mandato	Até a AGO de 2018
i. Outros Cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. Eleito pelo Controlador	Sim
k. Se é membro independente	Sim
l. N° de mandatos consecutivos	2
m. Experiência profissional	<p>Formado em Relações Internacionais e em Ciências Políticas pela Universidade de Brasília, com Mestrado em Economia pela mesma instituição, atua no Ministério da Fazenda, na Secretaria de Assuntos Internacionais como Coordenador Geral de Diálogo Econômico Internacional, coordenando assuntos relativos à participação do Ministério da Fazenda nas atividades de organismos internacionais de normatização de regulação e supervisão financeiras, assim como de inclusão e educação financeiras, especialmente no Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) e no G-20. Também coordena o diálogo em assuntos macroeconômicos e financeiros entre o Ministério da Fazenda e suas contrapartes em países de importância estratégica para o Brasil. Ainda, coordena as atividades relativas ao contato do Ministério da Fazenda com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e auxilia na coordenação da participação do Ministério da Fazenda nos assuntos relativos ao Fórum Global para Transparência e Troca de Informações Tributárias, no intuito de combater os paraísos fiscais e práticas tributárias danosas. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.</p>



n. Descrição de eventos	Declara que não há nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador. Também não há condenação transitada em julgado, na esfera administrativa ou judicial, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
--------------------------------	---

a. Nome	Danielle Ayres Delduque
b. Data de nascimento	08/05/1975
c. Profissão	Servidora Pública
d. CPF	670.041.801-15
e. Cargo	Membro Suplente do Conselho Fiscal
f. Data de Eleição	28.04.2017
g. Data da Posse	Após homologação pelo Banco Central do Brasil
h. Prazo do Mandato	Até a AGO de 2018
i. Outros Cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
j. Eleito pelo Controlador	Sim
k. Se é membro independente	Não
l. Nº de mandatos consecutivos	2
m. Experiência profissional	Formada em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília – UnB, com Pós-Graduação em Gerenciamento da Dívida Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Entre junho de 1998 a novembro de 1999, foi analista de finanças e controle da coordenação geral de assuntos externos – COREX. Entre novembro de 1999 a dezembro de 2001, foi analista de finanças e controle da Coordenação Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública – COGEP. Entre janeiro de 2002 a novembro de 2003 foi



	gerente de projeto da Coordenação Geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública – COGEP. Também foi analista de finanças e controle na Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários. Desde dezembro de 2007 é Coordenadora de Assuntos Econômicos Internacionais na Coordenação-Geral de Diálogo Econômico Internacional. Não informou à Companhia qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.
n. Descrição de eventos	Declara que não há nenhuma condenação judicial e administrativa envolvendo o administrador. Também não há condenação transitada em julgado, na esfera administrativa ou judicial, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Conselho de Administração	Todas as reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Persio Arida	5	80,00
Eduardo Nogueira Domeque	4	100,00
Sérgio Cutolo dos Santos	5	100,00
Fábio de Barros Pinheiro	58	96,55
Roberto Balls Sallouti	59	94,92

Conselho Fiscal	Todas as reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Paulo Roberto Salvador Costa	55	98,18%
Giorgio Giuseppe Flavio Marchetti	55	0,00%
Marcos Machado Guimarães	0	0,00%
Danyelle Ayres Delduque	0	0,00%



12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável, pois não há eleição de membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não aplicável, pois não há eleição de membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Não há relações familiares entre os administradores da Companhia.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controle de administradores e controladas e outros:

Membros do Conselho de Administração

Pessoa	Cargo	Parte relacionada	Tipo de parte relacionada	Cargo ou função da pessoa junto à parte relacionada
Persio Arida	Vice Presidente do Conselho de Administração	Banco BTG Pactual S.A.	Co Controlador Direto	Sócio e Membro do Conselho de Administração
Roberto Balls Sallouti	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Banco BTG Pactual S.A.	Co Controlador Direto	Sócio, Membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente
Sérgio Cutolo dos Santos	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Banco BTG Pactual S.A.	Co Controlador Direto	Sócio
Eduardo Nogueira Domeque	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Membro Efetivo do Conselho de Administração	Co Controlador Direto	Sócio

Membros do Conselho Fiscal

Não há relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas entre os membros do Conselho Fiscal e (a) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; (b) controlador direto ou indireto da Companhia; e (c) fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de suas controladas ou controladoras, ou controladas de quaisquer dessas pessoas.